

# CASO RONDÔNIA: MAIS DE 500 MIL HECTARES DE FLORESTA PROTEGIDA SOB ATAQUE

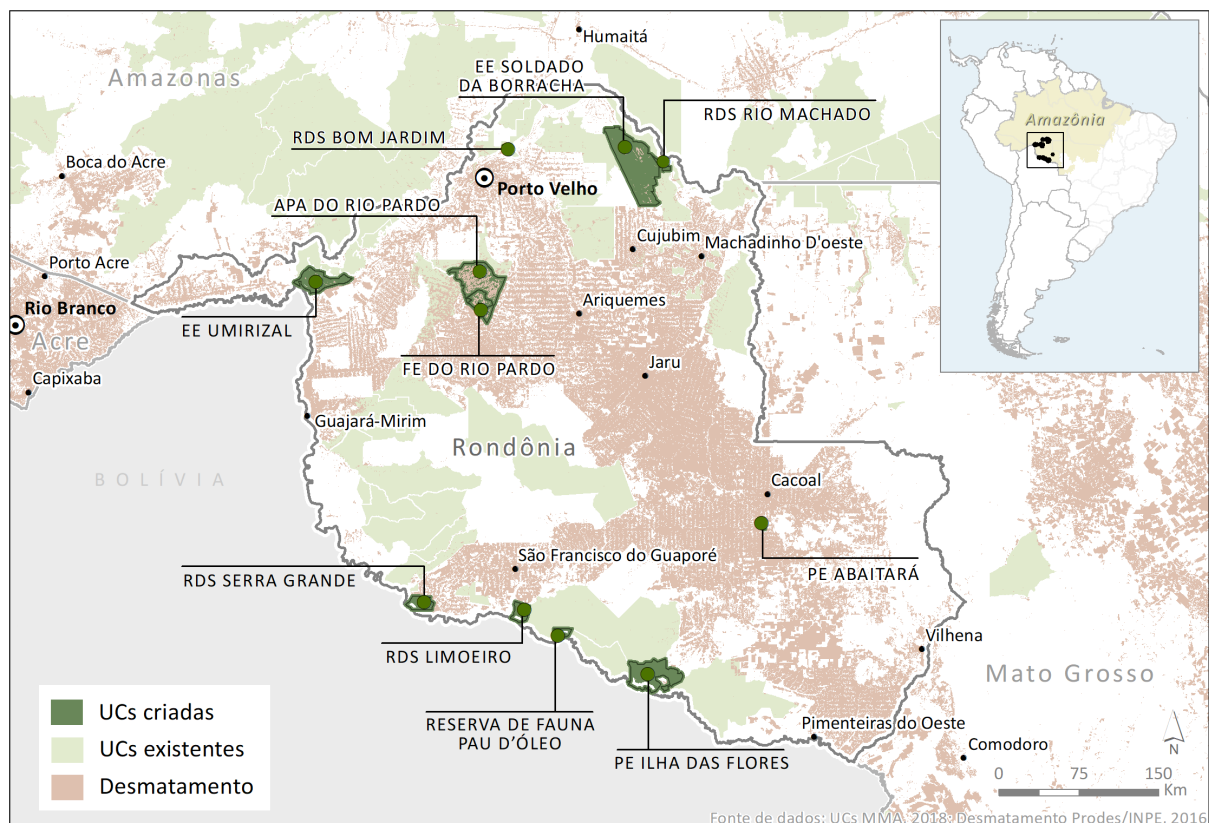


Uma das maiores ofensivas contra Unidades de Conservação da Amazônia está em curso no Estado de Rondônia. O alvo principal é uma área três vezes e meia maior que a cidade de São Paulo, de 537 mil hectares. Equivale à soma de 11 Unidades de Conservação criadas pelo então governador Confúcio Moura em março de 2018. Oito dias depois da edição dos decretos, a Assembleia Legislativa de Rondônia revogou as novas UCs. Os deputados estaduais também votaram e promulgaram uma lei e uma emenda constitucional para praticamente inviabilizar a criação de novas áreas protegidas no Estado.

As unidades de conservação em questão receberam apoio financeiro do programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e compõem a meta de criar mais seis milhões de hectares de áreas protegidas até 2039.

A ofensiva contra as UCs não se dá apenas na área política. O desmatamento avança nas Unidades de Conservação já criadas no Estado. Em 2016, último dado disponível do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), as UCs estaduais de Rondônia perderam 164 quilômetros quadrados de floresta. A cada ano, desde 2013, foram desmatados mais de 100 quilômetros quadrados nessas áreas protegidas estaduais. O ritmo das motosserras é mais acelerado na Reserva Extrativista Jaci-Paraná, que perdeu um pedaço para dar espaço ao aumento do lago e da produção de energia da hidrelétrica de Santo Antônio. A redução da reserva foi incluída em projeto de lei complementar sancionado em abril, duas semanas depois da revogação das 11 UCs pela Assembleia de Rondônia.

O Tribunal de Justiça de Rondônia analisa uma ação direta de inconstitucionalidade para barrar parte da ofensiva dos deputados do Estado. Mesmo que o TJ seja favorável às 11 unidades de conservação revogadas, a disputa não poderá ser considerada encerrada. As pressões políticas e do desmatamento contra as áreas protegidas, inclusive as Terras Indígenas, vão continuar. Desde 2011, Rondônia tem se mantido entre os três Estados que mais perdem floresta na Amazônia.



## Três meses de uma disputa política: como 11 unidades de conservação foram para o limbo

A atual ofensiva contra as Unidades de Conservação de Rondônia começou às vésperas do Natal de 2017. Por meio da lei 4.228, os deputados estaduais estabeleceram que nenhuma reserva florestal poderia ser criada no Estado sem o aval da Assembleia Legislativa. Ou seja, novas Unidades de Conservação não poderiam mais ser criadas por decreto do governador, dependeriam de lei.

A lei já expressava a preocupação dos deputados com as consequências da revisão do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Rondônia e sua recomendação de criar novas áreas protegidas. O Estado tem registradas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação 62 áreas federais, estaduais, municipais e privadas, que somam pouco mais de 78 mil quilômetros quadrados.

Considerando inconstitucional a lei que barrava a criação de novas UCs por decreto, Confúcio Moura criou nove novas áreas e regulamentou outras duas em 20 de março. A edição do Diário Oficial do Estado de Rondônia dessa data publicou os decretos que estabeleciam um total de 537 mil hectares (ou 5.370 quilômetros quadrados) de áreas protegidas. Das 11 unidades, quatro eram de proteção integral (as estações ecológicas Umirizal e Soldado da Borracha e os parques estaduais Ilha das Flores e Abaitará). São espaços destinados à proteção da diversidade biológica, ao desenvolvimento de pesquisas científicas e ao turismo – uma fonte de renda capaz de levar impactos econômicos para a região em que se encontram as UCs. As demais unidades são de uso sustentável, em que pequenos produtores e comunidades tradicionais podem lançar mão dos recursos naturais. Em nenhuma delas foi permitida a titulação de terras a particulares.

Num sinal claro de que a ofensiva subira de tom, os deputados votaram, no dia seguinte aos decretos, uma emenda à Constituição do Estado para tornar mais forte a exigência de uma lei complementar para estabelecer o Zoneamento Socioeconômico Ecológico ou criar unidades de conservação. Uma semana depois, aprovaram um pacote de decretos legislativos sustando, um a um, os decretos do governador.

Antes de deixar o cargo de governador para disputar o Senado, em 5 de abril, Confúcio Moura apresentou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ao Tribunal de Justiça de Rondônia, numa tentativa de restabelecer as 11 UCs estaduais. A ação alega, em resumo, que a Constituição Federal, em seu artigo 225, só exige lei para alterar ou suprimir áreas protegidas, não para criá-las. Existe um entendimento no Supremo Tribunal Federal de que Unidades de Conservação podem ser criadas por decreto. Por esses motivos, sustenta a ação, a lei estadual promulgada às vésperas do Natal de 2017 pela Assembleia Legislativa de Rondônia seria inconstitucional, e os deputados só poderiam sustar atos do governador que extrapolassem sua competência.

No texto da ação, o então governador e procuradores do Estado acusam os deputados de defender interesses particulares de ocupantes ilegais de terras públicas, “que viam na criação e regulamentação de unidades de conservação uma ameaça aos seus planos privados de se

manterem em áreas ilegalmente ocupadas, em detrimento do interesse coletivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

Em manifestação oficial no processo, a Assembleia Legislativa de Rondônia sustenta que o governador não poderia ter criado UCs por decreto. Os deputados apontam um suposto impacto social das medidas, que puniriam “mais ou menos” 10 mil famílias, direta ou indiretamente. Outro argumento apresentado pela Assembleia foi que os cofres públicos de Rondônia não teriam dinheiro suficiente para indenizar os atuais ocupantes desses territórios.

O plenário do Tribunal de Justiça do Estado decidirá quem tem razão.

Em maio de 2016, houve um precedente favorável, quando o TJ suspendeu a revogação pela Assembleia de outras quatro unidades de conservação estaduais: a Reserva Extrativista Jaci-Paraná, a Área de Proteção Ambiental Rio Madeira, a Floresta Estadual de Rendimento Sustentado (Florsu) Rio Madeira B e a Florsu Rio Vermelho. Em 2014, uma liminar havia suspendido a revogação, considerada inconstitucional no fim do processo. A Jaci-Paraná perdeu recentemente um pedaço para abrigar, com outras UCs, o aumento do lago da hidrelétrica de Santo Antônio.

## Criação de UCs recebeu R\$ 657 mil do ARPA

O programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) investiu R\$ 657 mil na criação das novas 11 Unidades de Conservação em Rondônia, por meio de cooperação entre a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (Sedam) de Rondônia, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e o Ministério do Meio Ambiente.

O ARPA apoia financeiramente o desenvolvimento de estudos e a realização e consultas públicas para a formação de UCs. Os projetos são escolhidos mediante análise de especialistas por sua importância em conservação da biodiversidade e benefícios sociais gerados.

A Sedam foi responsável pelos estudos que resultaram nos limites propostos para as UCs em áreas previamente destinadas à preservação no zoneamento, que passa por atualização.

Além da diversidade da flora e da fauna e de abrigar nascentes de rios, essas áreas têm em comum a ameaça de desmatamento. A Estação Ecológica Soldado da Borracha, nos municípios de Porto Velho e Cujubim, é a maior delas. Lá foi registrada a presença de pessoas que não teriam direito à posse, assim como na Floresta Estadual Rio Pardo. A menor das UCs é o Parque Estadual Abaitará. A Estação Ecológica Umirizal abriga uma espécie de vegetação endêmica, o umiri.

O ARPA tem como meta criar 6 milhões de hectares quadrados em Unidades de Conservação na Amazônia até 2039, em sua terceira fase, iniciada em 2014, e conta, para isso, com recursos internacionais. O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação contabiliza um total de 1,2 milhão de quilômetros quadrados do bioma sob algum grau de proteção, o que corresponde a 28,5% da região.

Denominação	Decreto	Área (hectares)	Município
Área de proteção Ambiental do Rio Pardo	Nº 22680 de 20 de março de 2018	113.850	Porto Velho e Buritis
Floresta Estadual do Rio Pardo	Nº 22681 de 20 de março de 2018	30.815	Porto Velho e Buritis
Estação Ecológica Umirizal	Nº 22682 de 20 de março de 2018	59.897	Porto Velho
Reserva de Fauna Pau d'Oleo	Nº 22683 de 20 de março de 2018	10.463	São Francisco de Guaporé
Parque Estadual Abaitará	Nº 22684 de 20 de março de 2018	152	Pimenta Bueno
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado	Nº 22685 de 20 de março de 2018	9.205	Porto Velho
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro	Nº 22686 de 20 de março de 2018	18.837	São Francisco de Guaporé
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande	Nº 22687 de 20 de março de 2018	23.180	São Francisco de Guaporé
Parque Estadual Ilha das Flores	Nº 22688 de 20 de março de 2018	89.617	Alta Floresta d'Oeste
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim	Nº 22689 de 20 de março de 2018	1.678	Porto Velho
Estação Ecológica Soldado da Borracha	Nº 22690 de 20 de março de 2018	178.948	Porto Velho e Cujubim
<b>TOTAL</b>		<b>536.647</b>	

## As UCs sob ataque

A ofensiva contra as 11 UCs em Rondônia faz parte de um processo mais amplo de redução de tamanho e do nível de proteção ou de simples desconstituição das áreas protegidas, conhecido na literatura acadêmica como PADDD (do inglês *Protected Area Downgrading, Downsizing and Degazettement*).

Medidas provisórias editadas no final de 2016 pelo presidente Michel Temer deram início ao ataque mais grave de que se tem notícia. O alvo era a Floresta Nacional do Jamanxin, criada para conter o desmatamento na região da BR-163, no Pará. A Flona registrava alta taxa de desmatamento, atribuído a conflitos fundiários e à atividade garimpeira ilegal na região, e precisava dar passagem a uma ferrovia, a Ferrogrão.

A medida provisória retirava ou reduzia a proteção de 57% do território da floresta nacional. A ameaça foi ampliada no Congresso Nacional, onde tramitam projetos que põem em risco 10% das áreas protegidas do país. Diante da repercussão internacional que o caso ganhou, o governo optou por enviar um projeto de lei retirando um pedaço menor da floresta nacional. A proposta tramita desde julho de 2017 na Câmara dos Deputados.

## Aumento do desmatamento pode prejudicar a produção em Rondônia

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação reúne quase 1,6 milhão de hectares de áreas protegidas em 12 categorias de proteção integral e de uso sustentável e entre os seus objetivos estão preservar a diversidade dos ecossistemas, incentivar a pesquisa científica e valorizar o conhecimento e a cultura das populações tradicionais. As unidades de conservação têm sido importantes para deter o desmatamento na Amazônia, pressionado pelo avanço da agropecuária na região.

Mas conter o desmatamento também tem se revelado fundamental para manter o padrão de chuvas e, em consequência, a produtividade da agricultura na região. Em Rondônia, um estudo recente, noticiado pelo Observatório do Clima, revelou que o aumento da área desmatada alterou o regime de chuvas no Estado, que perdeu mais de metade de suas florestas.

De acordo com o estudo, quando a devastação alcança grandes áreas, acima de 200 quilômetros quadrados de extensão, o volume de chuvas diminui, como vem acontecendo no sudeste do Estado. Outra consequência é o agravamento do aquecimento global.

## Deputado pressiona Justiça

O deputado Ezequiel Júnior foi eleito em 2014 depois de se tornar popular em um programa de rádio em Machadinho d'Oeste. No site oficial da Assembleia Legislativa de Rondônia, é apresentado como quem fez “campanhas eleitorais franciscanas”. Na tribuna, em 17 de abril, fez uma ameaça velada ao Poder Judiciário ao dizer que, se o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade for contrário aos deputados, “esse Estado será incendiado”.

A reação, segundo ele, partiria de “centenas” de produtores rurais de Rondônia, que estariam receosos com a tentativa de derrubar na Justiça a decisão dos deputados de barrar a criação de unidades de conservação no Estado.

As pressões de políticos extrapolam os limites da Assembleia. O prefeito de Machadinho d'Oeste, Eliomar Patrício, fez nota anexada ao processo na Justiça em que questiona a criação “desenfreada” de reservas florestais, que segue, segundo ele, na contramão do fortalecimento do setor produtivo. Ele reclama de que a população não foi ouvida e que o município já tem outras 19 unidades de conservação.

Contra a decisão da Assembleia, onze entidades ambientalistas divulgaram carta aberta em defesa da criação de parques e reservas ecológicas, áreas que reúnem berçários de rios importantes e diversidade de flora e fauna. “Consideramos a decisão do legislativo arbitrária e inconstitucional”, diz a carta divulgada em 29 de março.

## Referências

ANGELO, Claudio. **Desmatamento encurrala chuva na Amazônia**. Observatório do Clima. 20/02/2017. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/desmatamento-encurrala-chuva-na-amazonia/>

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA. Lei 4.228, de 18 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a criação de reserva florestal. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/cotel/Livros/Files/L4228.pdf>

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA. Emenda constitucional número 126, de 21 de março de 2018. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=358382>

CARDOZO, Ivaneide Bandeira et al (org.). **Pressões e ameaças nas unidades de conservação estaduais de Rondônia**. Kanindé: Associação de Defesa Etnoambiental. Instituto Socioambiental. São Paulo, Porto Belho, 2017.

DIÁRIO OFICIAL DE RONDÔNIA. Atos do Executivo. Decretos números 22.682, 22.683, 22.684, 22.685, 22.686, 22.287, 22.688, 22.689, 22.690, 22.680 e 22.681. Edição de 20 de março de 2018. Disponível em: [http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2018/04/Doe-20\\_04\\_2018-1.pdf](http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2018/04/Doe-20_04_2018-1.pdf)

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Monitoramento da Floresta Amazônia Brasileira por Satélites**. Projeto Prodes. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação em Rondônia**. Consulta por UC em 26/4/2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, dados consolidados**. Consulta em 26/04/2018. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80238/CNUC\\_FEV18%20-%20C\\_Bio.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80238/CNUC_FEV18%20-%20C_Bio.pdf)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA. Consulta Processual 2º Grau. Ação Direta de Inconstitucionalidade número 0800913-33.2018.8.22.0000. Disponível em: <https://www.tjro.jus.br/apsg/pages/index.xhtml>

